

MUNICÍPIO DE GETÚLIO VARGAS/RS - CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2017

RECURSO CONTRA O GABARITO PRELIMINAR - PARECER DA BANCA EXAMINADORA

CARGO: INSPETOR TRIBUTÁRIO

QUESTÃO: 35	GABARITO PRELIMINAR: C
<p><i>Segundo a Lei nº 8.137/1990, a conduta do funcionário público é considerada como crime contra a ordem tributária quando:</i></p> <p>a) <i>Fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal.</i></p> <p>b) <i>Deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, que deveria recolher aos cofres públicos.</i></p> <p>c) <i>Extraviar livro oficial, processo fiscal ou qualquer documento de que tenha a guarda em razão da função.</i></p> <p>d) <i>Deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento.</i></p> <p>e) <i>Omitir informação ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias.</i></p>	

Tendo em vista o recurso interposto, manifesta-se a Banca Examinadora conforme segue:

Preliminarmente, é importante destacar que o conteúdo da presente questão está contemplado no edital do certame no conteúdo: Publicações e legislações relacionadas com os conteúdos indicados. BRASIL. Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, que define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências (disponível em: [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L8137.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8137.htm)).

De acordo com a legislação acima referida, tem-se que:

Seção II

**Dos crimes praticados por funcionários públicos**

Art. 3º **Constitui crime funcional contra a ordem tributária**, além dos previstos no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal (Título XI, Capítulo I):

I - **extraviar livro oficial, processo fiscal ou qualquer documento, de que tenha a guarda em razão da função**; sonegá-lo, ou inutilizá-lo, total ou parcialmente, acarretando pagamento indevido ou inexato de tributo ou contribuição social; [grifo nosso]

Os demais crimes contra a ordem tributária, os quais estão apontados nas alternativas “a”, “b”, “d” e “e” são aqueles praticados por particulares. Em sendo assim, a única alternativa correta na questão é “c” e, portanto, o gabarito deve ser mantido.

**CONCLUSÃO:** RATIFIQUE-SE o gabarito preliminar.

É o parecer, S.M.J.

Porto Alegre, 1º de março de 2018.

Objetiva Concursos Ltda.